

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de março de 2010.

Edição nº 400

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletim	2
Editais	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios	3
Editais	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletim	3
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 400

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 122/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Dr. RICARDO MELO DE SOUZA, Promotor de Justiça, para participar da audiência de inquirição da testemunha arrolada pela acusação, Sr. Nélio Torzecki Bernardi, constante no Processo nº 70018667154, do Tribunal Pleno, a que responde ALOÍSIO TALSO CLASSMANN, a ser realizada no dia 15 de abril de 2010, às 15h45min, na sala de audiências da 1ª Vara da Comarca de Três de Maio/RS (Port. 0400/10).

- o Dr. JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Promotor-Assessor, matrícula nº 13110144, para o exercício da função de Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Port. 0411/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de março de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 040/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente a eventual existência de obras irregulares na Rua Pindorama, no Município de Capão da Canoa, no expediente RD nº 00949.00193/09, em que reclamante João Vargas de Souza.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 041/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente a má conservação da via urbana, denominada Rua Rio das Contas, no Município de Xangri-lá, no expediente RD nº 00949.00041/10, em que representante Aroldo Pires e Outros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2010.

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 042/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente a possível irregularidade quanto ao encerramento das atividades de ensino na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), no âmbito do Município de Xangri-lá, no expediente RD nº 00949.00042/10, em que reclamante Vereador Francisco Tadeu Magnus.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 123/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0356/2010, que nomeou GILMAR WALKER, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, observando-se a opção por última chamada, nos termos do parágrafo único, do Art. 16, da Lei Complementar nº 10.098/94 (Port. 0421/10).

- a Portaria nº 0310/2010, que nomeou EDIVAN DALLA PORTA FRIZZO, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 0424/10).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ROBERTA RECK, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Região do Vale do Taquari (Port. 0422/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, EDI FOGACA DE SOUZA GOMES, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo quinto (15º) lugar na Região das Missões (Port. 0425/10).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 15 de março de 2010, a servidora LUCIANA KIST DAL OSTO, matrícula nº 14568926, do cargo de Secretário de Diligências, em virtude de posse no cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 0399/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 400

RETIFICAÇÃO DE SÚMULA PROCESSO Nº 1197-09.00/10.0 CONVITE Nº 01/10

Pela Presente, retifica-se a súmula publicada em 16 de março de 2010, para fazer constar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CO Nº 20.603 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/10

No dia 16 de março de 2010, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa PURPER'S INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QTDE.	MATERIAL E MARCA	PREÇO UNITÁRIO
1	35	ARMÁRIO MÉDIO 02 PORTAS	R\$ 275,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09, bem como Provimentos PGJ/RS 54/02, 40/04, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/09 PROCESSO Nº 12503-09.00/08-7. PREGÃO Nº 68/08

Os pedidos realizados nos meses de dezembro/09 e janeiro/10, junto à empresa Miguel Antônio Piereti & Cia Ltda., totalizaram:

Item	Objeto	Quant.	V.Unit.	Total
01	Plotagem Mono	23,72 m²	R\$ 3,80	R\$ 90,13

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre 17 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

EDITAL Nº 0105/2010 EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designado pela Portaria nº 2427/2009, de 12/08/2009, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público, de 18/08/2009, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 09/2010, aprovada por meio da Ata nº 111 da CPAD, disponível na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de março de 2010.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Presidente Suplente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 02/2010 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.

1. Inquéritos Cíveis ns. 00767.00008/2009, 00767.00021/2009, 00767.00022/2009, 00767.00023/2009, 00767.00024/2009, 00767.00025/2009, 00767.00026/2009, 00767.00027/2009, 00767.00028/2009, 00767.00029/2009, 00767.00030/2009, 00767.00031/2009 e 00767.00032/2009, instaurados pelo Promotor de Justiça Voltaire de Freitas Michel, da Promotoria de Justiça de Esteio, para apurar a utilização dos serviços de lan house por crianças e adolescentes em horários impróprios – no turno escolar e durante a noite -, bem como o acesso a conteúdo inadequado para a idade.

2. Inquérito Civil nº 00767.00033/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Voltaire de Freitas Michel, da Promotoria de Justiça de Esteio, para investigar a venda de bebidas alcoólicas e o consumo de entorpecentes no interior do bar localizado na rua 1º de março, em Esteio.



3. Inquérito Civil nº 00748.00368/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Janaína de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para apurar a necessidade de ampliação do número de monitores da CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo de Caxias do Sul.

4. Inquérito Civil nº 00870.00030/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, para investigar possíveis problemas no funcionamento da Escola Oscar Machado.

5. Inquérito Civil nº 00870.00031/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, para investigar a possibilidade de fechamento da Escola Municipal Guimercindo Saraiva.

6. Inquérito Civil nº 00898.00033/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, com o fim de investigar atendimento educacional especializado, prestado aos portadores de deficiência auditiva.

7. Inquérito Civil nº 00898.00035/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, para investigar a prestação de serviços de LAN HOUSE, a fim de verificar se funcionam de acordo com a Lei Estadual nº 12.698/2007, em especial no tocante à presença de crianças e adolescentes no estabelecimento.

8. Inquérito Civil nº 00898.00037/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, para investigar a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes em estabelecimento comercial.

9. Inquérito Civil nº 00755.00004/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin dos Santos, da 2ª Promotoria de Justiça de Cruz Alta, em substituição, para apurar situação de risco a adolescentes em virtude de ser permitida a entrada sem a companhia de um responsável.

10. Inquérito Civil nº 00834.00059/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar negligência do atendimento do Conselho Tutelar.

11. Inquérito Civil nº 00834.00061/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar a participação de jovens com idade de 0 a 14 anos em Competição de Artes Marciais (Taekwondo).

12. Inquérito Civil nº 00783.000103/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar as condições estruturais da Escola Municipal Ari Soares, em Glorinha.

13. Inquérito Civil nº 00783.000104/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a falta de acessibilidade ao prédio do Colégio Barbosa Rodrigues.

14. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 07/09, pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de General Câmara, com o objetivo de

apurar eventual exposição de risco aos alunos de escola de ensino fundamental.

15. Inquérito Civil nº 00861.00006/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para assegurar segurança e obstar acesso de bebidas alcoólicas para pessoas com idade inferior a 18 anos que participarão das festividades carnavalescas do ano de 2010.

16. Inquérito Civil nº 00861.00006/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para apurar eventuais falhas ou negligência na forma de atuação do Conselho Tutelar.

17. Inquérito Civil nº 00881.00001/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar e disciplinar o carnaval 2010 no Município de São Francisco de Assis.

18. Inquérito Civil nº 00881.00001/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar e disciplinar o carnaval 2010 no Município de Manoel Viana.

19. Inquérito Civil nº 00834.00063/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar a necessidade de autorização dos pais para colocação de piercing em crianças e/ou adolescentes.

20. Inquérito Civil nº 00834.00070/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar situação relativa a supostos problemas quanto a valores de convênios do município com as escolas de educação infantil local.

21. Inquéritos Cíveis nº 00783.000001/2010 e nº 00783.000001/2010, instaurados pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com o fim de investigar a venda ou fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes em estabelecimentos comerciais.

22. Inquérito Civil nº 01127.00002/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, para investigar a entrega de crianças para adoção sem decisão judicial ou qualquer observância de processo legal.

23. Inquérito Civil nº 00727.00002/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com o fim de investigar irregularidades na prestação de serviço de transporte escolar a alunos da Escola São Pedro de Alcântara da localidade de Capela Santana.

24. Inquérito Civil nº 01175.00005/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, para investigar adoção de medidas tendentes a melhorar as condições de estrutura e remuneratórias dos membros do Conselho Tutelar de Marata.

25. Inquéritos Cíveis ns. 00949.00027/2010, 00949.00028/2010, 00949.00029/2010, 00949.00035/2010, 00949.00036/2010, 00949.00037/2010, instaurados pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Sifelman, da Promotoria



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 400

de Justiça de Capão da Canoa, designação especial, para investigar o cumprimento do art. 81, inciso II da Lei nº 8.069/90, em estabelecimentos dos Municípios de Capão da Canoa e Xangri-Lá.

26. Inquérito Civil nº 00739.00001/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Andrea Silva Uequed, da Promotoria de Justiça de Canoas, para investigar implantação de serviços de fonoterapia nos Municípios da Comarca.

27. Inquérito Civil nº 056/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cime, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar o possível fornecimento de bebidas alcoólicas para crianças e/ou adolescentes, bem como o acesso a jogos de bilhar, sinuca e congêneres em estabelecimento comercial.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de março de 2010.

MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em exercício.